

Só três parlamentares foram a todas as votações da Carta

MAURO LOPES
Da Sucursal de Brasília



O presidente do Congresso constituinte, do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, o 1º secretário do Senado, Jutahy Magalhães (PMDB-BA), e um dos impulsores da criação do Estado de Tocantins, deputado Siqueira Campos (PDC-GO), são os três campeões de presença nos trabalhos de elaboração da nova Carta. Os deputados Mário Bouchardet (PMDB-MG), Felipe Cheidde (PMDB-SP) e Vieira da Silva (PDS-MA), nesta ordem, são os maiores fujões.

São 911 votações de temas constitucionais que tiveram seus dados processados pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen). Os três campeões de assiduidade compareceram a todas. A presença da Ulysses Guimarães entre os três tem uma explicação simples: sem ele, não houve nenhuma votação em

plênário. Das 911 votações nas quais participou, Ulysses absteve-se em 908.

Os três maiores fujões têm um recorde negativo impressionante. Bouchardet compareceu a somente 17 votações, Cheidde a 54 e Vieira da Silva a 84. O quarto maior fujão, o deputado João Cunha (PDT-SP), candidato a prefeito de Ribeirão Preto (SP), esteve presente em 209 votações. O décimo colocado entre os fujões também é candidato a prefeito, no Rio. É o deputado Roberto Jefferson (PTB), que votou 283 vezes, ou seja, esteve presente a 31% das votações ocorridas. Outro candidato a prefeito do Rio, o deputado Álvaro Valle, não entrou no ranking dos dez mais fujões, mas passou perto: compareceu a 304 votações, 33,3% do total, ficando em 12º lugar.

Apesar de uma presença marcante em diversos momentos do Congresso constituinte, o senador Afonso Arinos (PSDB-RJ) aparece em 7º lugar na lista dos ausentes; votou 244 vezes. Sua idade, 82 anos, pode servir de justificativa. Mas outro senador, também do Rio, Nelson Carneiro (PMDB), ficou em 20º lugar na relação dos mais presentes,

e tem 78 anos. São os mais velhos nos dois rankings.

Diversos parlamentares que se destacaram nos trabalhos constituintes não estão no ranking dos campeões de presença, nem figuram na lista de parlamentares que compareceram a 90% ou mais das votações. É o caso do senador Mário Covas (PSDB-SP), que foi líder do PMDB no Congresso constituinte até o final do primeiro turno de votações. Covas teve 739 participações, 81% do total de votações. O atual líder do PMDB no Congresso constituinte, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), votou 794 vezes (84%), e o relator, deputado Bernardo Cabral, 783 (85%). Dos líderes partidários na Constituinte, o de maior participação foi o campeão Siqueira Campos. O de presença mais escassa, entre os partidos com mais de um parlamentar, foi José Lourenço, do PFL, presente em 449 votações.

No ranking das bancadas que participaram de mais 90% ou mais das votações, as dos partidos de esquerda ficaram disparado na frente. A dos dois PCs participaram completas. Dos 16 parlamentares do PT, nada menos que 14 estiveram presentes a 90% dos escrutínios.

Luiz Marques



Ulysses Guimarães (dir.), Passarinho, Cabral e Fogaça, durante votação de emendas na Comissão de Redação

Comissão recusa modificação que restringia as atividades dos bancos

Da Sucursal de Brasília

A Comissão de Redação do Congresso constituinte rejeitou ontem, por 13 votos contra oito, uma modificação do art. 197 do texto aprovado em segundo turno, proposta pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). A redação sugerida por Cabral impediria os bancos privados de continuarem operando nas áreas de corretagem de seguros, turismo, previdência social e capitalização.

A Comissão de Redação assegurou o registro eleitoral para os candidatos que tenham mais de quatro meses de domicílio eleitoral no município onde eles disputarão as eleições de novembro próximo. Ainda que a nova Constituição só entre em vigor a partir de 5 de outubro — um mês e dez dias antes das

eleições —, os tribunais eleitorais de cada região serão obrigados a conceder o registro.

A decisão se efetivou através da aprovação de emenda do deputado Ademir Andrade (PSB-PA), que acrescentou um adendo ao parágrafo 1º, do artigo 5 das Disposições Transitórias. O texto aprovado é o seguinte: "Para as eleições de 15 de novembro de 1988, exigir-se-á domicílio eleitoral na circunscrição pelo menos durante quatro meses anteriores ao pleito, podendo os candidatos que preencherem este requisito terem seu registro efetivado após a promulgação desta Constituição."

Segundo Andrade, essa modificação pretende resolver um problema que está prejudicando candidatos a prefeito e vereador em todo o país. "Como a legislação atual exige o mínimo de um ano de domicílio

eleitoral e a nova Constituição teve sua promulgação atrasada, muitos juizes estão indeferindo os registros", disse. A Comissão aprovou ainda a introdução da expressão "para as eleições de novembro de 1988", no início do parágrafo 5º do art. 5 das Transitórias, que trata da inelegibilidade de parentes dos políticos que têm cargos executivos. Com o adendo, ficou claro que a exceção só vale para este ano.

Cerca de 40 emendas foram aprovadas por acordo de lideranças ontem pela manhã.

Essas emendas pretendem fortalecer o poder do Congresso Nacional para legislar sobre matéria financeira, esvaziando o poder do Conselho Monetário Nacional (CMN), que só poderá funcionar como órgão consultivo da Presidência da República.

Sarney pode ser alvo de protesto na promulgação

MARCELO MENDONÇA
Da Sucursal de Brasília

O protocolo das solenidades de promulgação da nova Carta, no próximo dia 5, já aprovado pela Mesa do Congresso constituinte, corre o risco de ser violado por algum tipo de manifestação contra o presidente José Sarney. Ele estará presente para fazer o juramento sobre o novo texto e receber a medalha de ouro destinada pela mesa ao presidente da República. O presidente da República não terá direito a fazer discursos, prerrogativa reservada ao presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Considerado por muitos parlamentares de esquerda como um inimigo do processo constitucional, pelos sucessivos ataques ao trabalho ela-

borado pelos parlamentares, Sarney deve ser alvo de um protesto simbólico de pelo menos um constituinte, segundo apurou a Folha.

Um precedente de quebra no protocolo ocorreu na abertura dos trabalhos constitucionais, no dia 1º de fevereiro de 1987. Durante a sessão solene, o vice-líder do PT, José Genoino (SP), levantou uma questão de ordem no plenário, pedindo ao então presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Márcio Moreira Alves, que abrisse a palavra aos representantes dos partidos. Pedido rejeitado, Genoino recebeu um bilhete de Ulysses que lhe dava razão e solidariedade. Hoje o bilhete está emoldurado, no gabinete de Genoino.

O líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), discorda de qualquer tipo de protesto na promulgação.

Constituintes tentam acordo contra impasse

Da Sucursal de Brasília

Uma fórmula alternativa ao terceiro turno de votação do texto constitucional, reivindicado pelo líder do governo na Câmara para confirmar matérias aprovadas no segundo turno, que estariam sendo alteradas pela Comissão de Redação, está em gestação nos gabinetes do Congresso constituinte e deverá ser colocada em prática se um impasse ameaçar a votação global do texto amanhã.

Segundo o líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), a idéia seria reunir todos os pontos que forem objeto de controvérsia num único texto de fusão, que seria submetido ao plenário para confirmação. Ele não acredita, entretanto, na necessidade do mecanismo. "Não conseguimos o impasse durante o proces-

so de elaboração do texto, ninguém vai querer causar problemas agora", afirmou Freire.

A votação de amanhã está marcada para as 10h, com previsão de votação apenas do texto global. Segundo o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), cada partido escolherá dois representantes para falar na tribuna durante cinco minutos cada, além do pronunciamento do líder partidário. Depois será feita a votação em turno único, de acordo com o regimento, sem possibilidade de emendas ou destaques.

Segundo assessores da liderança peemedebista, haverá questões de ordem e "escaramuças", caracterizando o "jus esperneandi" ("direito de espernear", numa piada tradicional entre os políticos), mas há poucas possibilidades de alteração do quadro.

NÚMERO DE PARLAMENTARES DE CADA PARTIDO PRESENTES EM MAIS DE 90% DAS VOTAÇÕES*

Partido	Total da Bancada	Parlamentares	%
PMDB	235	28	11,9
PFL	125	13	10,4
PSDB	48	20	41,6
PDS	34	5	14,7
PTB	29	4	13,7
PDT	28	12	42,8
PT	16	14	87,0
PDC	13	1	7,6
PL	7	1	14,2
PSB	6	2	33,3
PC do B	5	5	100,0
PCB	3	3	100,0
Outros	10	1	10,0
Total	559	109	19,4

* Para o quadro, considerou-se o número de parlamentares que votaram 820 ou mais vezes, nas 911 votações ocorridas em plenário.

Fonte: Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen)

OS FUJÕES DO CONGRESSO CONSTITUINTE

Nome	Nº de votações em que faltou
1º Mário Bouchardet (PMDB-MG)	894
2º Felipe Cheidde (PMDB-SP)	857
3º Vieira da Silva (PDS-MA)	827
4º João Cunha (PDT-SP)	702
5º Álvaro Pacheco (PFL-PI)	692
6º Olavo Pires (PTB-RJ)	673
7º Afonso Arinos (PSDB-RJ)	667
8º Marcondes Gadelha (PFL-PB)	665
9º Joaquim Haickel (PMDB-MA)	645
10º Roberto Jefferson (PTB-RJ)	628

* O universo total de votações é de 911. Para se fazer o "ranking" dos fujões, só foram considerados os parlamentares que estavam no efetivo exercício do cargo entre o início do primeiro turno e o final do segundo. Foram excluídos, portanto, parlamentares que se licenciaram para assumir cargos no Poder Executivo, suplentes que assumiram o mandato e deputados e senadores que morreram ou ficaram adoentados com gravidade no período.

Fonte: Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen)

OS CAMPEÕES DE PRESEÇA NO PLÊNARIO*

Nome	Quantas vezes votou
1º Jutahy Magalhães (PMDB-BA)	911
Siqueira Campos (PDC-GO)	911
Ulysses Guimarães (PMDB-SP)	911
4º Valmir Campelo (PFL-DF)	910
5º Adilson Moita (PDS-RS)	909
Ubiratan Aguiar (PMDB-CE)	909
7º Paulo Delgado (PT-MG)	907
8º Koyu Iha (PSDB-SP)	902
Luiz Alberto Rodrigues (PMDB-MG)	902
Sigmaringo Seixas (PSDB-DF)	902
11º Adraldo Streck (PDT-RS)	901
12º Francisco Rossi (PTB-SP)	899
Júlio Costamilan (PMDB-RS)	899
Vilson Souza (PSDB-SC)	899
Vladimir Palmeira (PT-RJ)	899
16º Eduardo Jorge (PT-SP)	898
17º Edmilson Valentin (PC do B-RJ)	897
18º Eduardo Bonfim (PC do B-AL)	896
19º Beth Azize (PSDB-AM)	895
20º Luiz Freire (PMDB-PE)	894
Nelson Carneiro (PMDB-RJ)	894

* Entre o início do primeiro turno (27/01/88) e o final do segundo turno (02/09/88), aconteceram 1.020 votações no Congresso constituinte. Para o quadro, foram consideradas somente as votações de temas constitucionais. Deixou-se de lado as votações de verificação de quórum (99) e as de teste do sistema eletrônico do plenário (7). A diferença entre o total real (914) votações e as computadas para efeito deste e dos demais quadros (911) deve-se ao fato de estarem desaparecidas as listas de três votações na relação da Mesa do Congresso constituinte. Os parlamentares que estavam em plenário mas que não votaram pelo sistema eletrônico foram considerados ausentes.

Fonte: Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen)

Custo da Constituinte já superou Cz\$ 3,5 bi

Da Sucursal de Brasília

O funcionamento do Congresso constituinte durante 17 meses, desde fevereiro de 87, custou cerca de Cz\$ 3,5 bilhões à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, sem contar os salários pagos aos 559 deputados e senadores constituintes. O último balancete da diretoria-geral da Câmara, fechado dia 30 de julho, acusava uma despesa de Cz\$ 2.929.725.060,73. Cerca de Cz\$ 600 milhões foram gastos nos meses de julho e agosto e mais ainda será gasto na promulgação.

Os serviços de processamento de dados do Prodasen foram responsáveis por mais da metade dessa despesa Cz\$ 1.687 bilhão até 30 de junho. Em seguida vêm as despesas com o pessoal de apoio Cz\$ 511 milhões para a Câmara e Cz\$ 362

milhões para o Senado.

O Congresso constituinte começou a funcionar com o apoio de 1.300 funcionários, número reduzido no final dos trabalhos para cerca de 600, segundo o diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino. Esses funcionários recebem gratificações que vão de Cz\$ 40 mil até Cz\$ 140 mil pelo trabalho no Congresso.

As publicações e impressos feitos no Centro Gráfico do Senado custaram Cz\$ 159,6 milhões. As despesas de gráfica e de processamento de dados foram divididas por igual entre a Câmara e o Senado. Todo o restante ficou por conta da Câmara, inclusive as despesas com a votação eletrônica, que até 30 de junho consumiram Cz\$ 145,3 milhões. A impressão das Constituições do Brasil para uso dos constituintes custou Cz\$ 270 mil. (Ricardo Amaral)

Despesas com medalhas serão de 35 milhões

Da Sucursal de Brasília

A promulgação da nova Constituição "será barata, tendo em vista a importância do evento", disse ontem o secretário-geral da Mesa do Congresso constituinte, Paulo Afonso de Oliveira. Ele disse que o ônus das despesas não ficará a cargo do Legislativo. Segundo estimativas oficiais, as medalhas de ouro, prata e, provavelmente, bronze, custarão cerca de Cz\$ 35 milhões.

Além das cinco medalhas de ouro (para o presidente Sarney, para o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, do Senado, Humberto Lucena, do Supremo Tribunal Federal, Raphael Mayer e para o relator Bernardo Cabral) e das 556 de prata para os demais constituintes, haverá cerca de 200 de um material menos nobre para outras pessoas.

Chalés Hotel
Fazenda VALE DO SOL
SERRA NEGRA
0192-92-3500
SP-257-3955
FÉRIAS - LUA DE MEL
FINS DE SEMANA